



ID: 117317707

23-05-2025

2 • Público • Sexta-feira, 23 de Maio de 2025

LEGISLATIVAS 2025

Para Manuel Alegre “o PS está muito fechado em si mesmo”

Histórico socialista diz que “o PS tem de se abrir à sociedade civil”. Para Vieira da Silva, Pedro Nuno “não gerou suficiente apelo para valer mais do que o partido”

Ana Sá Lopes

No PS, todos os sinónimos possíveis para terramoto de grau 8 podem ser usados depois da noite eleitoral. Entre a tristeza e o espanto, os dirigentes vão lentamente interiorizando os resultados.

Manuel Alegre começou a sua vida política na ditadura. “É muito triste, para alguém que passou a vida a lutar pela democracia, chegar ao Outono da vida e apanhar com o Chega”, diz ao PÚBLICO.

E como é que isto aconteceu? O histórico socialista enquadra a derrota calamitosa do PS na decadência das sociais-democracias europeias – já só Espanha, Dinamarca e Malta são governados por partidos da família política do PS.

Se o ar dos tempos, com a “onda de extrema-direita” que varre a Europa e os Estados Unidos e o “triunfo do ressentimento”, serve de alguma explicação, Manuel Alegre acha que não é suficiente.

“O PS está fechado em si mesmo. O PS tem problemas estruturais”, afirma. Por exemplo, Manuel Alegre defende que o partido tem de “reestabelecer a sua ligação à sociedade civil”, “refazer a sua ligação com a juventude e os sectores dinâmicos da

sociedade” e “voltar a ser o partido dos pobres e desprotegidos”, e “não deixar esse terreno ao Chega”.

Alegre acha que tanto o PS como o PSD não perceberam o que aí vinha: “Penso que o Chega foi subestimado tanto pelo PS, como pelo PSD”, diz, considerando que os dois partidos estiveram “demasiado absorvidos” em combaterem-se mutuamente, desguarnecendo o flanco para o Chega. “O inimigo principal era o Chega. O Chega é um problema de regime”, afirma. “Devia ter havido mais lucidez e preocupação” com o fenómeno Chega.

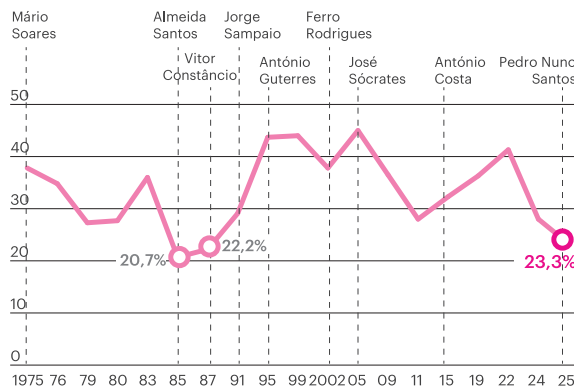
O histórico socialista recorda o exemplo francês em que “o PSF e a direita se distraíram no combate e apareceu a Frente Nacional”. O aviso de Manuel Alegre é pesado, mas, à luz do que aconteceu a alguns partidos socialistas na Europa, como o francês e o grego, bastante realista: “Nada é estável e os partidos podem tornar-se historicamente dispensáveis.”

Alegre diz que “o PS tem de ser capaz de ultrapassar esta fase”, porque “não pode voltar a perder uma eleição com o Chega”. E não acha que os problemas do PS se resolvam com meras substituições de líder: “Se vamos substituir um líder por outro sem fazer uma reflexão e cor-

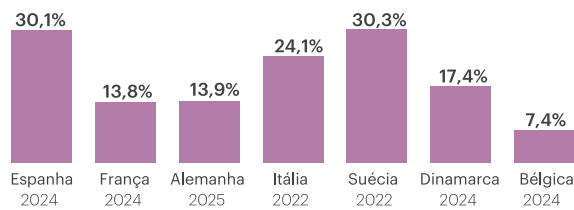


Manuel Alegre apareceu na campanha eleitoral do PS para dar apoio a Pedro Nuno Santos

Resultados eleitorais do PS



Quanto valem os partidos socialistas na Europa?



Fonte: PÚBLICO

rigir os problemas estruturais, fica tudo na mesma”. E, aí, pode-se caminhar para a “decadência”. Alegre aponta o exemplo das autarquias que “têm outra ligação à sociedade civil” e têm “mais força que o partido”.

A imagem do líder

José António Vieira da Silva, ex-ministro do Trabalho e Solidariedade, já andava com “receio” de que a situação em que o PS ficou no último domingo viesse a acontecer. As sondagens não mostravam uma tendência de crescimento do PS.

Vieira da Silva acha que a mensagem do PS não foi compreendida, e isso tem razões de fundo: “O eleitorado não consegue avaliar o Governo num ano.” Os temas da saúde e das previsões económicas, que foram dois eixos centrais da campanha socialista, “não tinham poder eleitoral que permitisse a recuperação eleitoral do PS”.

Depois, há a questão da imagem do secretário-geral. Vieira da Silva, que apoiou José Luís Carneiro, acha que, em eleições muito personalizadas como hoje são as legislativas, “a imagem do líder do PS não gerou suficiente apelo para que valesse mais do que o partido”. Acha que a campanha teve uma “colagem muito elevada à imagem de Pedro Nuno

BE, CDU e Livre

Dos temas às redes, a esquerda caiu mas “não há histórias definitivas”

Ana Bacelar Begonha

A passagem de temas socioeconómicos para os temas da imigração pode ter afectado Bloco e CDU

A noite eleitoral de domingo inverteu os lugares da esquerda. De quinta força política na Assembleia da República, o Bloco passou para sétima, tendo agora apenas uma deputada. Os bloquistas voltaram, assim, a ficar atrás do PCP (como não acontecia desde 2011), que perdeu um deputado. Já o Livre ultrapassou ambos os partidos ao conquistar mais dois mandatos, embora mantenha uma influência reduzida face às bancadas da direita, que somam agora uma maioria de 156 lugares. Mas o que explica este fenómeno?

A tendência já vem de trás: o Bloco e a CDU estão a descer em legislativas desde 2019, altura em que tinham 19 e 12 deputados – com a excepção das eleições de 2024, em que os bloquistas seguraram o número de parlamentares. Contrariando a tendência, o Livre tem vindo a subir pelo menos o número de votos desde que entrou no Parlamento, nesse ano, com uma deputada. Mesmo em relação ao PS, foi o único partido à esquerda capaz de alargar a bancada no último ano, uma vez que os socialistas tiveram quedas eleitorais tanto em 2024, como nestas eleições.

Até aqui, as baixas eleitorais do Bloco e da CDU eram frequentemente explicadas com a experiência do acordo com o PS, a “geringonça”. Ainda a 14 de Maio, José Manuel Pureza, ex-deputado e candidato do Bloco, dizia na *Comissão de Inquérito* do Observador que António Costa conseguiu criar um “discurso responsabilizador das forças à sua esquerda pela queda do Governo”, devido ao chumbo do Orçamento do Estado de 2022, “quando o seu plano era precipitar eleições” e “conseguir uma maioria absoluta”. E admite que houve uma incapacidade do Bloco de Esquerda em “mostrar” que foi “determinante” nalgumas medidas.

Mas as razões usadas pelos partidos para explicar esta queda recente já são outras. Para o Bloco, a resposta está agora na instalação na sociedade de um “senso comum xenófobo e racista que colocou as esquerdas à defensiva e sem capacidade de definir a agenda”, como considerou a comissão política do partido, que culpa o “sensacionalismo de um conjunto de

órgãos de comunicação” e a “manipulação” nas redes sociais.

Também o PCP atribuiu, na noite eleitoral, a ascensão do Chega “aos meios colocados à disposição de uma força reaccionária”, assim como explicou a vitória eleitoral da AD com a “instrumentalização da ideia de estabilidade governativa” e a “falta de credibilidade” do PS. Para os comunistas, o resultado geral é fruto da “difusão de elementos de preconceito”, da “falsificação e menorização da CDU” e de “alegadas disputas de maiorias eleitorais”, como disse o secretário-geral.

Imigração e eleitorado

Ouvida pelo PÚBLICO, Marina Lobo Costa, investigadora do ICS, explica os resultados de domingo com a mudança nos “temas políticos agora discutidos, que são muito mais apelativos ao partido anti-sistémico de direita”, isto é, o Chega. O Bloco e o PCP não têm uma “postura tão próxima da média dos eleitores” sobre a imigração e até a corrupção (mesmo sendo “totalmente anticorrupção”), porque “já fizeram parte do arco da governação” e isso dá-lhes “menos crédito enquanto outsiders”, argumenta.

Os bloquistas e comunistas “perderam apoio paulatinamente porque a responsabilidade que tiveram e a sua participação no Governo da ‘geringonça’ em termos eleitorais não renderam nada”, explica a politóloga. E, quando desistiram “dessa aliança, acabaram por dar um passo ainda maior em direcção ao declínio, porque, entretanto, o próprio eixo político mudou e deixou de ser em torno de temas socioeconómicos” (como “a dimensão do Estado na economia” ou “o Estado social”), “para ser em torno de temas relacionados com a imigração e a globalização, que não favorecem estes partidos”, continua.

Já no caso do Livre, Marina Costa Lobo aponta que poderá ter havido uma transferência de votos do Bloco de Esquerda, não só porque tem um “efeito de novidade”, mas também porque se “apresenta como um partido de apoio ao PS”, um eventual “parceiro de coligação”.

Por outro lado, Filipa Raimundo, professora do Iscte, atribui os resultados do Bloco e da CDU ao facto de o eleitorado estar a aderir ao “discurso da direita” de que é preciso uma mudança, porque “as políticas de centro e esquerda não funcionaram” nos últimos anos. Algo potenciado por “várias plataformas”, inclusive jornais e redes sociais, que permitiram à direita ir “gradualmente construindo espaço”.

Mas também aponta razões específicas: no caso da CDU, há um eleitorado “historicamente fixo” mais velho que “vai desaparecendo progressivamente” e, no caso do Bloco de Esquerda, “o eleitorado parece ser sensível” a polémicas, como o despedimento de trabalhadoras que tinham sido mães há pouco tempo. Além disso, a politóloga sugere que, à medida que os eleitores jovens do partido envelhecem, “avançam para o centro”. Nesse sentido, o Livre pode sair beneficiado por se mostrar como uma “alternativa centrista, europeísta” e com um líder, Rui Tavares, com “aura de seriedade”, num momento em que as questões éticas estiveram muito presentes.

Mas Filipa Raimundo rejeita discursos “fatalistas” de que “acabou o domínio da esquerda”, por não ver na sociedade uma “transformação sociológica” em tão pouco tempo. Marina Costa Lobo está de acordo: “Os últimos anos mostram uma volatilidade grande” no voto e que há “pouca fidelidade dos eleitores”. “Não há histórias definitivas.”

Constituição

PCP e BE contra revisão, CDS diz que não é prioridade

Joana Mesquita

PCP e Bloco de Esquerda foram ontem a Belém manifestar preocupação com uma futura revisão constitucional, enquanto o CDS assegurou que participará neste processo “quando for o tempo” e com “ideias conhecidas” do partido.

Paulo Raimundo foi o primeiro líder partidário a ser recebido ontem pelo Presidente da República. Após a audiência, defendeu que o importante é que a Constituição “se concretize na vida das pessoas”. “Se aqueles que querem empenhar tanto tempo e tanto esforço a alterar a Constituição se empenhassem na sua concretização, a vida da maioria daqueles que cá vivem e trabalham estaria muito melhor”, defendeu o líder comunista. Sem antecipar se o PCP vai apresentar propostas de alteração, Paulo Raimundo frisou que “não será certamente” pelo seu partido que o processo de revisão constitucional será aberto.

Já Mariana Mortágua sustentou que a Constituição “está em risco” e defendeu que Luís Montenegro deve fechar a porta à revisão proposta pela IL. À saída da reunião com o Presidente da República, a coordenadora do Bloco de Esquerda afirmou que “a direita não demorou muito tempo a dizer ao que vem”. Sinalizando que o Estado social, o direito à saúde e educação “existem porque estão consagrados na Constituição”, a bloquista sinalizou que esta “está em risco” – preocupação que transmitiu a Marcelo Rebelo de Sousa – e que a direita a quer atacar porque é um “pilar crucial da nossa democracia”.

Pelo meio, foi recebido o CDS. Para Nuno Melo, a revisão da Lei Fundamental não é uma prioridade para o país – essas são a “formação do Governo” e a “estabilidade”. O líder dos centristas lembrou que o partido foi o único que votou contra a Constituição de 1976, por ser “marcadamente ideológica, impondo ao país um caminho para o socialismo”, e que, nas várias alterações, o partido “teve sempre uma palavra a dizer”, apresentando sempre projectos. O que voltará a acontecer, assegurou o líder centrista.

Hoje, Marcelo Rebelo de Sousa recebe o PAN e o estreante Juntos pelo Povo (JPP), terminando a primeira ronda de audiências.



Santos, que teve bons desempenhos nos debates televisivos, mas não fazia a diferença”.

O antigo ministro de António Costa atribuiu também o mau resultado de domingo à “incapacidade de muita gente acompanhar os detalhes do que estava em causa” relativamente à distinção entre “moção de censura” (que o PS nunca apoiou) e “moção de confiança” (que o Governo apresentou quando já sabia que o secretário-geral socialista tinha afirmado que nunca viabilizaria nenhuma).

No entanto, Vieira da Silva considera que o caso Spinumvíva “pesou” nas eleições. “Sem esses episódios, o crescimento da AD seria muito substancial” – é esta a convicção do ex-ministro. O problema foi que os votos que a AD deixou de ter não passaram para o PS: “Se alguém capitalizou com aquilo foi o Chega.”

Mas também no caso Spinumvíva Vieira da Silva considera que “ninguém percebeu a orientação do PS”. Uns dias, o secretário-geral trazia o tema, no outro resguardava-se. O antigo ministro diz que “as eleições eram um elevado risco que se veio a verificar”, mas que o que “não esperava era que o desgosto eleitoral do PS se traduzisse no crescimento da extrema-direita”.



Bloco elegeu apenas Mariana Mortágua para o Parlamento

Campanha nas redes sociais**Imigração foi tema dominante, Spinumviva não manchou AD****Joana Mesquita**

A imigração foi o tema dominante na campanha eleitoral para as legislativas, enquanto o caso Spinumviva, embora tenha estado colado a Luís Montenegro, não manchou a imagem da AD. O Chega foi o partido mais eficaz digitalmente. Estas conclusões fazem parte do estudo da ALL Comunicação, que analisou, com base em publicações nas redes sociais, os temas centrais da campanha e a dinâmica digital dos partidos e dos líderes partidários.

De acordo com o relatório, à boleia do Chega, a imigração foi o tema mais abordado nas redes sociais durante a campanha eleitoral para as legislativas de domingo passado, tendo representado mais de 22% das conversas no X analisadas no estudo.

No documento, são apontados os termos mais vezes associados à imigração e as leituras que podem justificar a associação entre essas palavras e a imigração. “Chega” é a que mais se destaca, revelando o peso da retórica do partido populista no debate. “Segurança”, “ilegais” ou “descontrolada” são outros dos termos frequentemente utilizados, mostrando a associação entre criminalidade e imigração, várias vezes feita pelo Chega, mas que os dados não comprovam.

A par de André Ventura, Luís Montenegro foi o único líder partidário mencionado vezes suficientes para surgir como uma das palavras principais. A presença do primeiro-ministro (e do partido que lidera, o PSD) pode ser interpretada como reflexo da estratégia de Luís Montenegro, que tem apostado num discurso securitário. “Esquerda” e “direita” também são termos presentes, indicando a polarização política que o debate pareceu suscitar.

A juntar à imigração, a saúde, os impostos e a defesa foram outros dos temas que mereceram destaque na campanha. A governabilidade foi-se mantendo como um dos tópicos abordados, mas ganhou destaque na noite eleitoral e na segunda-feira, depois de, da ida às urnas, ter resultado um Parlamento muito diferente.

O estudo analisou também os temas mais vezes colados aos partidos e aos líderes partidários. Do lado da AD, o caso Spinumviva, empresa fundada por Luís Montenegro e depois cedida aos seus filhos, dominou as menções ao primeiro-ministro (57% das referências ao chefe do executi-



Luís Montenegro obteve 32% nas eleições legislativas

vo), mas não agastou a imagem da coligação PSD/CDS – que foi mais mencionada em publicações relacionadas com a governabilidade e imigração. “Em nenhum momento a polémica sobre a empresa do primeiro-ministro afectou a percepção dos utilizadores sobre a coligação”, lê-se na nota de divulgação do relatório.

No Chega, o partido e o líder são mencionados de forma equiparada e em temas semelhantes. Já no PS a situação é diferente. Há uma assimetria entre o partido e o secretário-geral – Pedro Nuno tem menos visibilidade do que o PS e os temas relacionados com o líder centram-se na imigração e habitação, enquanto o partido é mais mencionado na imigração e saúde.

De acordo com o estudo, a distância mostra que a imagem do PS está mais consolidada do que a do secretário-geral demissionário, e, no Chega, a proximidade revela a liderança personalista de Ventura.

Foi ainda avaliada a eficácia dos partidos nas redes sociais. O Chega aparece, em todas as plataformas, como o mais eficiente digitalmente – tendo o melhor rácio entre publicações feitas, seguidores ganhos e interações geradas.

Esta eficácia avalia-se tendo em conta a mobilização digital e não o número de publicações. No Instagram, por exemplo, foi o que mais aumentou o número de seguidores, ainda que tenha sido o penúltimo com menos publicações.

O estudo da All Comunicação baseia-se em mais de 65 mil publicações no X, Facebook e Instagram, entre 7 de Abril e 19 de Maio.

ID: 117317707

23-05-2025

O que a direita quer mudar na Constituição

Da prisão perpétua ao reforço do sector privado na saúde e educação

João Pedro Pincha**Em 2022, PSD, Chega e Iniciativa Liberal entregaram projectos de revisão constitucional que acabaram por não ir a votos**

A última tentativa de revisão da Lei Fundamental do país aconteceu entre 2022 e 2023, tendo fracassado devido à queda do Governo de António Costa e à dissolução da Assembleia da República, o que fez caducar todo o processo. O que defenderam então estes partidos?

PSD: mandato único do PR e mais poder dos governos regionais

Em 2022, o partido propôs 40 alterações à Constituição, transversais a várias áreas, com especial foco na organização política e jurídica do Estado. Entre as propostas, estava um mandato único de sete anos do Presidente da República; possibilidade de o Presidente nomear o procurador-geral da República, o presidente do Tribunal de Contas e o governador do Banco de Portugal, que passariam a estar sujeitos a uma audição parlamentar prévia e submeter-se-iam a votação dos deputados; a extinção da figura de representante da República nas regiões autónomas; a redução para três meses do período em que não se pode dissolver a Assembleia depois das eleições legislativas ou antes do fim do mandato do Presidente da República; a redução do número máximo de deputados de 230 para 215; a possibilidade de agendar referendos para o mesmo dia das eleições; baixar a idade legal para votar dos 18 para os 16 anos; proibir a eleição de deputados que tenham sido condenados pela Justiça ou contemplar a possibilidade de, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), os serviços privados e sociais de saúde funcionariam em "complementaridade".

Chega: prisão perpétua e voto obrigatório

Em 2022, o Chega foi o partido que primeiro avançou com um projecto

de revisão, sendo posteriormente acompanhado pelos restantes grupos com assento parlamentar.

Nesse projecto, o partido de André Ventura dizia que a Constituição "não é hoje capaz de responder ao que Portugal necessita para que se possa colocar ao nível dos melhores países do mundo". E fazia propostas que abrangiam praticamente todas as áreas do documento.

Sobre Justiça e política penal, o Chega propunha penas de prisão perpétua, penas de tratamento químico para "prevenção de crimes de natureza sexual, cujo objectivo seja a redução ou inibição de libido"; redução de 48 para 24 horas do prazo máximo para um detido ser presente a um juiz para lhe serem decretadas medidas de coacção.

Sobre cidadania, direitos e deveres, defendia que o voto passasse a ser obrigatório, que fosse inscrito o artigo "Todos têm direito ao trabalho, bem como o dever de trabalhar".

O Chega propunha ainda que o ensino particular e cooperativo deveria ser "devidamente reconhecido e apoiado", "como forma de exercício da liberdade de aprender e ensinar", que a família fosse garante da "educação", enquanto ao Estado competiria o "ensino".

Sobre a organização política e jurídica do Estado, Ventura pedia a redução do número mínimo de deputados (de 180 para 100), a criação de um círculo nacional de compensação nas eleições, a obrigatoriedade de um governo ter, no máximo, 12 ministérios,

Reforçava ainda os poderes do Presidente da República, no sentido de passar a poder nomear e exonerar, sem ser necessária uma proposta do Governo, o presidente do Tribunal de Contas, o procurador-geral da República, o governador do Banco de Portugal e dirigentes das entidades reguladoras.

Iniciativa Liberal: liberdade de escolha na saúde e educação

No projecto de revisão constitucional que entregaram no Parlamento, os deputados liberais assumiam que, devido às circunstâncias políticas da altura, a proposta tinha um carácter limitado e não correspon-

**Cotrim Figueiredo era líder da IL em 2022, agora é Rui Rocha (em cima)****Só não avançamos se não quisermos, sobretudo com reformas estruturantes****André Ventura**
Líder do Chega, antontem, sobre uma revisão constitucional

dia a uma visão global do partido para a Constituição.

O partido de Rui Rocha considerava que "o actual texto da Constituição é um documento desnecessariamente longo e exaustivo, herança de tempos passados e felizmente ultrapassados em que se admitia um Estado omnipotente". O sentido geral da proposta da IL era o de reforçar a liberdade dos cidadãos, tanto na capacidade de iniciativa económica, como na escolha em matérias como a saúde ou a educação.

Sobre a organização económica e financeira do país, o partido propunha a inclusão de um artigo para garantir o direito à propriedade privada, a revogação integral de uma parte da Constituição, relativa às políticas agrícola, comercial e industrial, por restringirem "de forma desproporcional a liberdade de iniciativa privada"; a possi-

bilidade de se criarem salários mínimos municipais e sectoriais, além do nacional.

Sobre saúde e educação, defende que o acesso à saúde faz-se através do SNS, "bem como os demais serviços de saúde privados e sociais, garantindo efectiva liberdade de escolha a todos os cidadãos". Em vez de "criar um sistema público" na educação pré-escolar, a Constituição passaria a prever "assegurar o acesso geral e universal aos sistemas de educação de primeira infância e de educação pré-escolar".

Na saúde, propôs inscrever a "complementaridade entre "uma rede de estabelecimentos públicos, particulares e cooperativos com autonomia administrativa e pedagógica, promovendo a efectiva liberdade de escolha das famílias".

A IL quer ainda um mandato único de seis anos para o procurador-geral da República.

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Como são feitas alterações à Constituição? E quem as pode propor?

O líder da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, anunciou que vai apresentar um projecto de revisão constitucional para reduzir o “papel central” do Estado na economia. Rui Rocha diz que a IL quer trazer para a discussão uma visão de sociedade mais livre, economicamente mais autónoma e diz contar com os votos de todos os partidos que se revejam nessa visão. “Não é um ajuste de contas com a História, mas é a criação de uma oportunidade de futuro para todos, em que todos se revêem numa Constituição que traz mais liberdade e que tem menor pendor ideológico”, afirmou. Com esta iniciativa, a IL vai desencadear um processo de revisão constitucional.

O PÚBLICO preparou um guia que inclui tudo o que tem que saber sobre alterações à Constituição portuguesa.

O que é uma revisão constitucional?

A revisão constitucional é o processo de alteração do texto da Constituição da República Portuguesa, que é a lei suprema do país. Consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político. Define a estrutura do Estado, ou seja, as funções dos quatro órgãos de soberania — Presidente da República, Assembleia da República, Governo e tribunais — e dos órgãos de poder político, assim como a forma como se relacionam entre si. Esta revisão pode conter a revogação, a adição ou a alteração de normas da Constituição.

Quem pode propor uma revisão constitucional?

A iniciativa da revisão é da exclusiva competência da Assembleia da República. Compete aos deputados de qualquer partido apresentar um projecto de revisão constitucional. Dado este primeiro passo, os partidos que queiram apresentar projectos, terão de o fazer num prazo de 30 dias a contar da data de apresentação do primeiro.

Apresentado o projecto, o que se segue?

Terá de ser constituída uma comissão eventual de revisão constitucional. Esta comissão



DANIEL ROCHA

deve apreciar as propostas de alteração e submetê-las aos restantes deputados, sistematizar as propostas para serem discutidas e votadas em sessão plenária, elaborar a redacção final das alterações aprovadas, reunir num decreto de revisão essas alterações e inscrevê-las na Constituição.

Quantos votos são precisos para aprovar alterações?

Uma revisão obriga à votação, na especialidade, artigo a artigo (sendo necessários dois terços em cada votação), e depois é exigida nova maioria de dois terços na votação final de todos os artigos. Até aqui, tinha sido sempre necessário um acordo entre PS e PSD para concretizar uma revisão constitucional, mas depois dos resultados das eleições legislativas do passado domingo, tal já não se verifica. Nunca no regime democrático as forças de direita tinham ocupado pelo menos dois terços dos assentos no Parlamento (154 deputados) mas, como noticiou o PÚBLICO, a AD afasta uma revisão negociada em exclusivo com o Chega e a IL.

O Presidente tem algum papel no processo de alteração?

Não. O chefe de Estado não tem qualquer poder no processo de revisão constitucional nem pode recusar a promulgação das alterações aprovadas pela Assembleia da República.

O que acontece se as alterações forem aprovadas?

Depois de aprovada, a revisão deve ser promulgada pelo

Presidente da República e publicada em *Diário da República*. São efectuadas as substituições, supressões e aditamentos necessários ao texto constitucional, dando origem a uma única lei de revisão.

De quanto em quanto tempo se pode rever a Constituição?

A Assembleia da República pode rever a Constituição passados cinco anos da data da publicação da última revisão (ordinária). Mas o Parlamento tem o poder de fazer uma revisão extraordinária em qualquer altura, se para isso tiver uma maioria de quatro quintos dos deputados.

É possível alterar toda a Constituição?

Nem todas as matérias podem ser objecto de revisão constitucional. O artigo 288.º da Constituição estabelece os seguintes limites materiais: a independência nacional e a unidade do Estado; a forma republicana de Governo; a separação das Igrejas do Estado; os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; a coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção; a existência de planos económicos no âmbito de uma economia mista; o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local,

bem como o sistema de representação proporcional; o pluralismo de expressão e organização política, incluindo partidos políticos, e o direito de oposição democrática; a separação e a interdependência dos órgãos de soberania; a fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas; a independência dos tribunais; a autonomia das autarquias e a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira.

Há outros limites?

A revisão constitucional só pode efectuar-se numa situação de “normalidade constitucional” e nunca na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência.

Quantas vezes já foi revista a Constituição?

Sete, no total.

Que alterações foram introduzidas? E quando foi a última?

Os poderes de revisão constitucional dados à Assembleia da República pela própria Constituição, aprovada a 2 de Abril de 1976, foram exercidos pela primeira vez num longo processo de revisão do texto inicial, que começou em Abril de 1981, mas só foi concluído em **Setembro de 1982**. A redacção da Constituição reflectia “opções políticas e ideológicas decorrentes do período revolucionário que se seguiu à rotura com o anterior regime autoritário, consagrando a transição para o socialismo,

assente na nacionalização dos principais meios de produção e mantendo a participação do Movimento das Forças Armadas no exercício do poder político, através do Conselho da Revolução”. Nessa primeira revisão, o sistema económico foi flexibilizado, foi extinto o Conselho da Revolução e criado o Tribunal Constitucional.

A segunda revisão foi aprovada em **1989** e eliminou a norma que impunha a irreversibilidade das nacionalizações, passando assim a ser permitida a reprivatização de bens nacionalizados após o 25 de Abril. Esta revisão alargou os direitos dos cidadãos, sobretudo com incidência económica (caso dos direitos dos consumidores) e introduziu a possibilidade de referendos nacionais. Em **1992**, foi aprovada a terceira revisão que adaptou a Constituição aos princípios do Tratado da União Europeia (UE) e introduziu o acompanhamento parlamentar ao processo de construção da UE. A quarta revisão, em **1997**, reforçou os direitos fundamentais, introduziu os referendos locais e regionais, a possibilidade de candidaturas de grupos de cidadãos independentes às autarquias e o direito dos cidadãos de apresentarem projectos de lei. Desenvolveu ainda os poderes das regiões autónomas.

A quinta revisão realizou-se em **2001** para permitir a ratificação, por Portugal, da Convenção que cria o Tribunal Penal Internacional, alterando as regras de extradição. Curiosamente é apenas nesta revisão que se introduz no texto da Constituição o Português como língua oficial. A sexta revisão data de **2004** e reconheceu o direito à orientação sexual, introduziu o princípio da limitação dos mandatos dos cargos políticos e aprofundou os poderes das regiões autónomas. Em **2005**, foi aprovada a sétima e última (até agora) revisão, para permitir a realização de referendo sobre a aprovação de um futuro tratado que tenha como objectivo o aprofundamento da UE.

Todos os processos de alteração foram concluídos?

Não. Desde 1976, foram abertos processos de revisão em 1994, 2010, 2014 e 2021, que não foram concluídos com sucesso. Um processo de revisão constitucional iniciado em finais de 2022 não chegou a ser concluído devido à dissolução do Parlamento. **Sofia Neves**

Manuel Alegre alerta: PS corre risco de se tornar dispensável

Histórico socialista diz que PS “está muito fechado em si mesmo” e tem de “restabelecer ligação à sociedade civil”. Vieira da Silva considera que Pedro Nuno Santos “não fez a diferen-

ça”. Revisão constitucional à direita ganha forma. Da prisão perpétua ao reforço do privado na educação e saúde, o que PSD, Chega e IL defenderam em 2022 **Destaque, 2 a 7**